

EIXO 2. QUALIDADE DE VIDA

INFRAESTRUTURA SOCIAL

O Distrito Federal é uma das unidades federativas onde os serviços de infraestrutura urbana contam com altos índices de investimentos públicos. Praticamente todas as cidades satélites, mesmo aquelas ainda emergentes, contam com serviços de saneamento básico e urbanização. No entanto, a área rural ainda não foi alvo de uma ação centrada para promover esse tipo de prestação de serviços. Programas habitacionais, linhas de recolhimento de lixo seco, fornecimento de água potável, pavimentação de estradas e urbanização de agrovilas e núcleos rurais são benefícios que ainda não atingiram grande parte da população rural.

A infraestrutura física dos postos de saúde, escolas e postos policiais necessita de serviços de manutenção e de reforma, para melhor atender a população rural. Em muitas comunidades essa infraestrutura é inexistente, e isso causa um desestímulo ao produtor rural que quer ver sua família ser bem atendida em seu local de trabalho e de moradia, como ocorre aos cidadãos urbanos.

Desta forma, é necessária a institucionalização e a adoção de políticas e ações mínimas para assegurar a qualidade de vida de quem vive no campo, questões estas apresentadas e pactuadas nesta I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Distrito Federal, conforme descritas a seguir:

- Elaborar mapeamento dos Núcleos Rurais para que a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e as equipes de saúde tenham facilidade de localização e acesso;
- Dotar os núcleos rurais de creches em período integral, para apoiar o grande número de mães

trabalhadoras na agricultura e em empregos urbanos;

- Pavimentar as estradas rurais por onde passam ônibus de linha fixa;
- Criar a brigada de bombeiros rurais com o objetivo de propiciar treinamento aos produtores e promover o controle das queimadas na área rural, tendo ainda como atribuição definir estratégias eficazes de combate aos incêndios e queimadas nas áreas rurais;
- Fazer a abertura de novas estradas rurais, promover a recuperação e a manutenção das atuais, a fim de facilitar o deslocamento dos seus habitantes, de forma segura e a um menor custo, bem como, obter mais eficiência no transporte da produção agropecuária;
- Pavimentar as vias até os núcleos rurais, centros comunitários e escolas rurais.
- Criar uma linha de coleta de produtos agrícolas diretamente nas propriedades rurais de pequeno porte;
- Criar novas linhas de ônibus para o transporte público nas comunidades rurais;
- Universalizar a eletrificação rural e promover a instalação de iluminação pública nas sedes dos núcleos rurais, e realizar a manutenção das redes daqueles núcleos onde o serviço já existe, de forma a melhorar a qualidade da energia fornecida;
- Melhorar e ampliar o atendimento do sistema de transporte escolar no espaço rural;
- Disponibilizar espaços e construir quadras poliesportivas cobertas;
- Ampliar a instalação de orelhões e torres de telefonia móvel;

- Criar os territórios digitais nas comunidades rurais, com internet gratuita;
- Tornar disponíveis serviços de correios e telégrafos na área rural;
- Garantir espaços junto ao GDF para a construção de instituições religiosas na área rural;
- Instalar patrulhas motomecanizadas para atendimento na área rural;
- Garantir a implantação de linhas de transporte coletivo nas áreas rurais, e conceder às associações e/ou cooperativas de transporte a sua exploração, de forma a atender diretamente às comunidades rurais;
- Criar convênios entre os governos do Distrito Federal e RIDE, para atender as especificidades dessa região, tais como máquinas e sementes;
- Implementar programas de moradia para a agricultura familiar, a exemplo da construção das moradias nos assentamentos de Uruaçu, GO;
- Melhorar a infraestrutura básica (água tratada, estradas, energia, etc.) nos assentamentos e nas comunidades rurais com base familiar;
- Criar uma política de utilização de tratores comunitários para construir e manter os acessos às propriedades rurais e serviços diversos dentro das propriedades quando o público for pequenos produtores e agricultores familiares;
- Adequar o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek para cargas de produtos perecíveis; e
- Firmar convênios e parcerias com a Secretaria do Entorno, com a contrapartida dos Estados, de forma a contribuir para o desenvolvimento das diversas regiões do Entorno do Distrito Federal.

SANEAMENTO AMBIENTAL

Saneamento é o conjunto de medidas, que visa a preservação ou a modificação das condições do meio ambiente, com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, tais como: água para abastecimento doméstico, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, e disciplina sanitária de uso do solo.

A realidade do saneamento do meio rural do Distrito Federal é evidenciada pelo grande número de fossas, que contaminam águas subterrâneas e poços de água, o que pode vir a ocasionar doenças, como salmonelose, hepatite, diarreias e cólera.

O destino dado ao lixo em locais que não há coleta também é inadequado. Muitos queimam, enterram ou deixam a céu aberto. Outra preocupação é a qualidade da água tanto para consumo quanto para utilização na produção de alimentos, principalmente para produtos que são consumidos in natura ou sem retirar a casca, como é o caso de hortaliças e algumas frutas. As análises microbiológicas realizadas mostram que tanto a água da irrigação quanto a utilizada para lavagem desses produtos, em muitos casos, estão altamente contaminadas, o que põem em risco a saúde do consumidor.

A seguir são apresentadas propostas, para Saneamento Ambiental, complementares às reunidas nas Pré-Conferências das comunidades rurais e sistematizadas na I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Distrito Federal:

- Implantar o Programa de Saneamento Ambiental estatal, no Distrito Federal e RIDE, de forma que contemple a adoção de sistemas de coleta seletiva de lixo, tratamento e reaproveita-



Conferência Setorial (STR) - São Sebastião, DF.

mento de resíduos, criação de pontos de coleta de lixo, além de saneamento e esgoto sanitário ambiental sustentável para o meio rural;

- Incentivar e orientar o uso de sistemas sanitários de fossas simples, tais como as biodigestoras, fossas sépticas, ecológicas ou de evapotranspiração;
- Orientar, por meio da EMATER-DF, a construção de fossas sépticas e a reciclagem do lixo orgânico;
- Desenvolver trabalho educativo sobre a responsabilidade social e individual na produção e coleta de lixo;
- Aumentar o acesso à água encanada, tratada e com regularidade;
- Desenvolver processo urbano de reciclagem;
- Melhorar a captação e a qualidade de água para a produção, e realizar ação educativa sobre a utilização de forma racional;
- Orientar a população rural sobre tratamento de água;
- Instalar caixas d'água em comunidades de baixa renda;
- Disponibilizar a construção de fossas manilhadas;
- Realizar coleta de lixo produzido na área rural duas vezes por semana, e disponibilizar, ainda, contêineres em todas as comunidades rurais;
- Criar, pela Secretaria de Obras do Distrito Federal, em conjunto com a Seagri-DF e a Caesb, uma Diretoria para atender as demandas por saneamento ambiental na área rural;
- Democratizar o acesso à água de domínio público.

ESPORTE, LAZER E CULTURA DO CAMPO

A permanência da população rural no meio rural é uma tarefa difícil. Os atrativos da cidade, que se materializam na forma de ações em educação, saúde, esportes, lazer, vida social e emprego, tendem sempre a ser mais fortes que os do campo. Esse apelo exercido pelas melhorias sociais que as cidades oferecem favorece o êxodo da população rural para as cidades, buscando fugir das dificuldades do seu cotidiano, principalmente os jovens que buscam melhores oportunidades.

Hoje são poucas as ações governamentais voltadas para essas áreas do espaço rural, e investimentos sociais são plenamente justificáveis, como política compensatória, uma vez que é grande os desafios enfrentados pelos produtores rurais para produzir alimentos para a população urbana, que a cada vez mais cresce de forma vertiginosa.

Considerações à parte, sobre quanto significa manter a população rural no campo, frente ao preço que significa essa mesma população nas cidades, é importante reconhecer que a sociedade tem uma dívida com essa população da área rural. Por isso, é muito importante buscar uma política de valorização dessa população rural.

Acresça-se a essas razões que os investimentos do Governo para implantar uma política voltada para o incentivo aos esportes, à cultura e ao lazer no meio rural serão mínimos, se comparados aos gastos com as mesmas atividades no meio urbano. Uma vez que já existem políticas públicas para o setor hoje voltadas exclusivamente para as cidades, que podem ser adaptadas e estendidas ao meio rural. E com certeza os resultados da aplicação dessa política serão seguramente eficazes.



Conferência Setorial FETADFE/FETRAF e MST - Brasília, DF.

Durante as 21 Pré-Conferências, realizadas no Distrito Federal e no Território das Águas Emendadas, e ratificadas na I Conferência Distrital, foram discutidas e aprovadas as seguintes propostas, com o objetivo de reduzir as graves desigualdades entre o setor urbano e o espaço rural:

- Construir parques de exposições agropecuárias para acesso de todos os agricultores, em especial para o agricultor familiar;
- Melhorar a estrutura das quadras poliesportivas e aparelhá-las;
- Melhorar ou construir, preferencialmente, nas comunidades ou em suas proximidades, ginásios poliesportivos e culturais, de forma a mantê-los equipados e com profissionais capacitados nas áreas de educação física e cultural, para atender todas as faixas etárias da população rural;
- Dotar as comunidades rurais de estruturas de convivência comunitária, onde se tenham espaços multimídias para apresentações culturais;
- Elaborar projetos de formação musical e teatral articulados entre escola e comunidade;
- Promover o resgate, a valorização e a divulgação da cultura das comunidades rurais, de forma a divulgar o calendário dos principais eventos, e aportar recursos, para que a comunidade participe de forma efetiva da organização dos eventos culturais e feiras de artesanato regionais;
- Assegurar recursos orçamentários para ampliar e consolidar a Agrobrasília, como evento oficial de negócios, transferência e difusão de tecnologias agropecuárias, e incluí-la no

calendário de eventos do Distrito Federal, de forma a possibilitar que os agricultores e suas organizações de base familiar do Distrito Federal e Território das Águas Emendadas possam expor sua produção, além das principais atividades das regiões periféricas;

- Apoiar, financeiramente, os eventos de promoção de produtos ou de atividades agropecuárias realizadas nas diversas regiões administrativas, por iniciativa dos produtores e suas entidades representativas, e estimular a criação de marcas de produtos com denominação e certificação de origem;
- Promover ações itinerantes de cultura, esporte, lazer, feiras, teatro e música nos núcleos rurais;
- Assegurar recursos orçamentários para a promoção de campeonatos de futebol e demais modalidades esportivas na área rural;
- Solicitar ao Ministério da Cultura a implementação de pontos culturais em toda a área rural.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA NO CAMPO

As diferenças e desigualdades entre o espaço urbano e o rural são evidenciadas quando o tema é a educação no campo. O ensino, em todos os níveis na área rural, deve ser objetivo prioritário tendo em vista a necessidade cada vez maior da formação de agricultores empreendedores que, além de produzir alimentos, tenham um padrão de escolaridade que permita um crescimento profissional e humano digno de todo o cidadão.

Para que haja a tão sonhada adequação curricular do ensino rural, é necessário oferecer, às escolas rurais, estrutura física e recursos



humanos preparados, que permitam a educadores e educandos as condições necessárias para um bom desempenho de suas atividades.

Para que a população rural tenha acesso ao desenvolvimento social e econômico, não basta uma educação de boa qualidade. É preciso atenção dobrada à assistência e à saúde. A saúde da família rural, além de ser importante para o bom aproveitamento escolar de crianças e jovens, é também um fator de segurança na produção, manipulação e distribuição de alimentos com qualidade sanitária.

Para completar a tríade necessária ao bem-estar da população rural, é preciso um modelo de segurança pública capaz de reduzir os índices de criminalidade no campo. Esse sistema pode ser implantado com a participação da comunidade, na identificação e solução dos problemas, pois é ela que conhece a sua realidade. A comunidade rural tem, em suas organizações, toda informação capaz de fornecer uma base para um modelo eficaz e eficiente de segurança pública no campo.

A educação, a saúde e a segurança no campo merecem um trabalho articulado e integrado dos setores públicos do governo para promover a implantação de um modelo de atendimento pleno e rápido, de forma a priorizar a participação da comunidade na identificação das ações mais urgentes.

O conceito de educação do campo é novo, tem menos de dez anos, e surgiu como denúncia e como mobilização organizada contra a situação atual do meio rural, que é uma situação preocupante, de exclusão e expulsão de pessoas do campo, de desigualdades econômicas e sociais, além de educacionais e escolares. Seus sujeitos principais são famílias e

comunidades de camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, atingidos por barragens, ribeirinhos, quilombolas, pescadores e muitos educadores e estudantes das escolas públicas e comunitárias do campo, articulados em torno de Movimentos Sociais e Sindicais, de universidades e de organizações não governamentais. Todos tentam buscar alternativas para superar essa situação que desumaniza os povos do campo, e que também é vista como uma degradação da humanidade.

A educação do campo, defendida pela Conferência, tratou da luta popular pela ampliação do acesso, permanência e direito à educação de qualidade no campo – as pessoas têm o direito de estudar no lugar onde vivem, incorporando distintos processos educativos à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. E essa educação inclui a escola, hoje uma luta prioritária, porque boa parte da população do campo não tem garantido seu direito ao acesso à educação básica.

Diante desta realidade, da educação do campo que se tem e da educação que se deseja, a seguir são descritos alguns pontos importantes a serem pautados pelos sujeitos que vivem do campo e no campo:

- Universalização da oferta da educação básica no campo;
- Garantia da infraestrutura adequada para o acesso e a permanência dos alunos no campo;
- Construir com as comunidades escolares locais uma proposta pedagógica voltada à realidade, superando a fragmentação do currículo e respeitando as diferentes metodologias que consideram os sujeitos com suas histórias e vivências, e as legislações que regem os sistemas de ensino;

- Diversificar a oferta de cursos nas escolas do campo;
- Melhorar a gestão nas escolas do campo;
- Proporcionar formação específica para os profissionais da educação do campo;
- Melhorar as condições de trabalho e perspectivas de educadores que atuam nas escolas do campo;
- Garantir espaços de debate para o fortalecimento da política de educação no campo;
- Oportunizar ações pedagógicas diretamente relacionadas à realidade cotidiana do campo, com resultados práticos de melhoria da qualidade de vida; e
- Promover a pesquisa como meio de fortalecimento da educação do campo.

Durante as 21 Pré-Conferências, realizadas no Distrito Federal e no Território das Águas Emendadas, e ratificadas na I Conferência Distrital, as comunidades rurais e organizações sociais e de governo puderam complementar e apresentar novas propostas, para mudar esta realidade:

- Implantar grade curricular adequada às escolas do tipo alternância;
- Desenvolver programas de qualificação do corpo docente das escolas rurais e de futuros professores, em questões sócioeducativas e culturais e, ao mesmo tempo, instituir incentivos pecuniários entre outros, a exemplo de uma bolsa-auxílio para estimular sua atuação e permanência em escolas rurais;
- Estimular e estruturar o Ensino para Jovens e Adultos (EJA), das áreas rurais, com metodologia e conteúdo adaptados à sua realidade, e

ampliar a possibilidade de ensino à distância, além de melhor aproveitamento e uso das escolas dessas localidades;

- Ampliar a oferta de escolas de Ensino Médio na área rural, para evitar a saída do jovem para as regiões urbanas;
- Ampliar a oferta de transporte escolar na área rural;
- Instituir o período integral nas escolas de ensino fundamental;
- Implantar, ampliar e fortalecer as escolas técnicas e outras estruturas que possibilitem a profissionalização de jovens rurais e a estruturação das existentes;
- Defender uma Política Pública de Educação do Campo em todos os níveis e modalidades, tendo como parâmetro as diretrizes operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, de forma a criar um currículo escolar e carga horária direcionada às necessidades rurais;
- Instalar creches, adequadas às necessidades e características do espaço rural;
- Construir refeitórios nas escolas rurais, bem como estruturá-las com equipamentos de laboratórios;
- Mapear, anualmente, e manter atualizada na Secretaria de Educação do Distrito Federal e nas unidades administrativas regionais, a demanda por escolarização da população do campo por meio de censo escolar e de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no caso de população adulta;
- Garantir acesso e permanência, nas escolas rurais, de pessoas que não tiveram acesso à escola em idade apropriada, de forma a oferecer



Conferência Regional - Planaltina, DF.

cursos presenciais ou semipresenciais, por alternância ou outras formas, em um percentual nunca menor que 10% da população adulta, com início a partir do primeiro ano de aprovação deste plano;

- Instituir comissão formada pelo Comitê Distrital da Educação do Campo, SEDUC, para que, no prazo de um ano, sejam definidos os padrões mínimos de infraestrutura para a escola do campo, compatíveis com as realidades regionais, incluindo: espaço, iluminação, ventilação e insolação dos prédios escolares;

- espaço coberto para esportes, recreação e lazer; adaptação dos espaços escolares para atendimento de alunos portadores de necessidades especiais; instalação, equipamentos e manutenção de laboratórios de ciências da natureza, humanas e sociais, de informática, de comunicação e linguagem e equipamento multimídia; implantação, atualização e ampliação do mobiliário e do acervo das bibliotecas, para atender professores e alunos; equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula; aquisição de telefax e máquinas fotocopadoras; disponibilização e manutenção de rede de eletricidade;

- Reformar e ampliar todas as escolas rurais, conforme diagnóstico de equipe técnica, com início a partir do primeiro ano de vigência do Plano Distrital de Educação (PDE), de forma que em dois anos sejam reformadas aquelas em situações mais precárias, sendo cada gestor responsável pela sua unidade, buscando parcerias com a União;

- Equipar todas as escolas do campo com aparelhos multimídia e laboratório de informática, a partir do primeiro ano de vigência

do PDE, seguindo uma meta de 33% ao ano, de forma que em três anos todas estejam equipadas, sendo cada gestor responsável pela sua rede, buscando parcerias com a União;

- Criar novas bibliotecas e ampliar as já existentes, com acervo de livros paradidáticos, materiais de pesquisa e recursos tecnológicos, de forma que elas sejam transformadas em um lugar de referência cultural para a comunidade rural, com 25% da meta a ser atingida em um ano, a partir da aprovação deste plano, e com atendimento de 100% das escolas, em quatro anos;

- Instalar anualmente 25% dos laboratórios de ciências da natureza em escolas do campo, atendendo 100% das escolas em quatro anos;

- Capacitar profissionais de nível técnico para atuar nos laboratórios de informática, ciências da natureza e biblioteca, em 20% das escolas do campo a partir do primeiro ano de vigência deste plano, seguindo um percentual de profissionalização por escola, nunca menor que 10% do total por ano, sendo cada gestor responsável pela sua rede, buscando parcerias com a União;

- Equipar todas as escolas com materiais desportivos a partir do primeiro ano de aprovação do plano, em três anos, e atingir, anualmente, 33% das escolas;

- Garantir transporte escolar para 100% dos alunos das escolas rurais em quatro anos, conforme a legislação vigente, de forma que assegure o direito, dos alunos de todos os níveis de ensino, ao acesso e à permanência na escola, com padrões adequados de segurança, seguro de vida coletivo e condições de trafegabilidade

- Garantir a 100% das escolas rurais, com extensão do Ensino Médio, em quatro anos, o fornecimento de merenda escolar em regime de



Grupo de Trabalho na Conferência Regional - Brasília, DF.

cooperação entre o Distrito Federal e a União, a partir da aprovação deste plano

- Garantir em dez anos, a 10% das escolas rurais de tempo integral, no mínimo, três refeições diárias aos estudantes de todos os níveis de ensino
- Apoiar anualmente 33% das escolas rurais, por meio de assessorias pedagógicas dos Estados e dos municípios, na elaboração coletiva de suas propostas pedagógicas, a partir da aprovação deste plano;
- Garantir, em quatro anos, com acréscimos anuais de 25%, que 100% das propostas pedagógicas resultem em calendário escolar adequado ao período plantio/colheita;
- Incluir agroecologia e socioeconomia solidária no currículo de 100% das escolas em quatro anos, acompanhadas de atividades práticas de manejo da terra, como conteúdo e metodologia de pesquisa, para auxiliar no conhecimento contextualizado e significativo aos sujeitos da aprendizagem;
- A partir da aprovação deste plano, colocar a disposição das escolas até 10% dos recursos anuais repassados, para apoiar pesquisas regionais que subsidiem a produção de livros e materiais didático-pedagógicos contextualizados, bem como sua publicação;
- Oferecer, anualmente, dois cursos profissionalizantes nas escolas rurais, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, de forma a atender à singularidade de cada região e suas diferentes formas de produção, por meio de parcerias entre as diferentes esferas de governo e outros órgãos e instituições;
- Oferecer, anualmente, um curso de formação

inicial e um de formação continuada, em serviço, aos profissionais que atuam em escolas rurais, a partir da aprovação deste plano, de forma a garantir que alunos dessas escolas tenham o mesmo nível de acesso às informações, conhecimentos e aproveitamento de oportunidades;

- Garantir, em quatro, anos moradia nas proximidades da escola a 100% dos profissionais que atuam nas escolas rurais e que dela necessitam, para melhor integração com a comunidade e sua realidade;
- Garantir meios necessários à atuação plena do Comitê Permanente de Educação do Campo do Distrito Federal, como forma de participação da sociedade organizada e dos movimentos sociais, e tendo por objeto acompanhar, debater, sugerir e avaliar as políticas públicas voltadas para o setor;
- Instituir Fórum Permanente de Educação do Campo no Distrito Federal, com plenárias regionais uma vez ao ano, a partir da aprovação deste plano, como instrumento de debates, de formulação de proposições, de acompanhamento e avaliação das políticas públicas da Educação do Campo, e com a participação das instituições e órgãos dos sistemas de ensino, dos movimentos sociais e populares, entidades sindicais, pastorais, profissionais da educação, comunidades escolares, entre outros;
- Identificar, anualmente, a partir da aprovação deste plano, processos pedagógicos inovadores e experiências bem sucedidas de educação do campo (escola ativa, escola itinerante, com regimes de alternância, etc.), tornando-os acessíveis para divulgação nos fóruns regionais;



- Destinar área específica às práticas agroecológicas, para oportunizar ação pedagógica em 100% das escolas do campo em quatro anos;

- Lançar, por intermédio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal, edital anual para inscrição de projetos de pesquisa inovadores relacionados às práticas educativas, culturais, sociais e produtivas das escolas do campo, a partir do primeiro ano de vigência deste plano;

- Implementar o turismo ecológico nas escolas rurais;

- Implantar a disciplina do turismo rural nas escolas rurais.

- Elaborar propostas de programas de educação em políticas de qualidade total;

- Criar um programa de “olimpíadas pedagógicas” nas escolas rurais;

- Instituir e/ou apoiar programas de inclusão digital no meio rural do Distrito Federal para jovens e adultos;

- Expandir o ensino à distância nas escolas rurais;

- Adotar remuneração diferenciada aos professores das escolas rurais de, pelo menos, 20% superior à concedida aos professores das escolas urbanas;

- Promover a integração da população jovem em atividades econômicas, sociais, ambientais, culturais e de lazer, a ser realizada pelo poder público mediante a adoção de instrumentos específicos, de forma que assegure a bonificação e a formação continuada desses jovens do meio rural;

- Criar campos avançados da UnB;

- Inserir na grade curricular das escolas rurais disciplina que valorize as culturas regionais;

- Incluir como disciplina obrigatória nas escolas públicas urbanas e rurais a disciplina Práticas Agrícolas e Ambientais Sustentáveis;

- Criar escolas agrotécnicas para que os jovens das áreas rurais se especializem e possam prestar assistência técnica à sua propriedade e à sua comunidade; e

- Melhorar ou dotar as escolas rurais de equipamentos e infraestruturas pedagógicas, tais como computadores, bibliotecas e áreas multiuso, para a prática de esporte e cultura.

SAÚDE

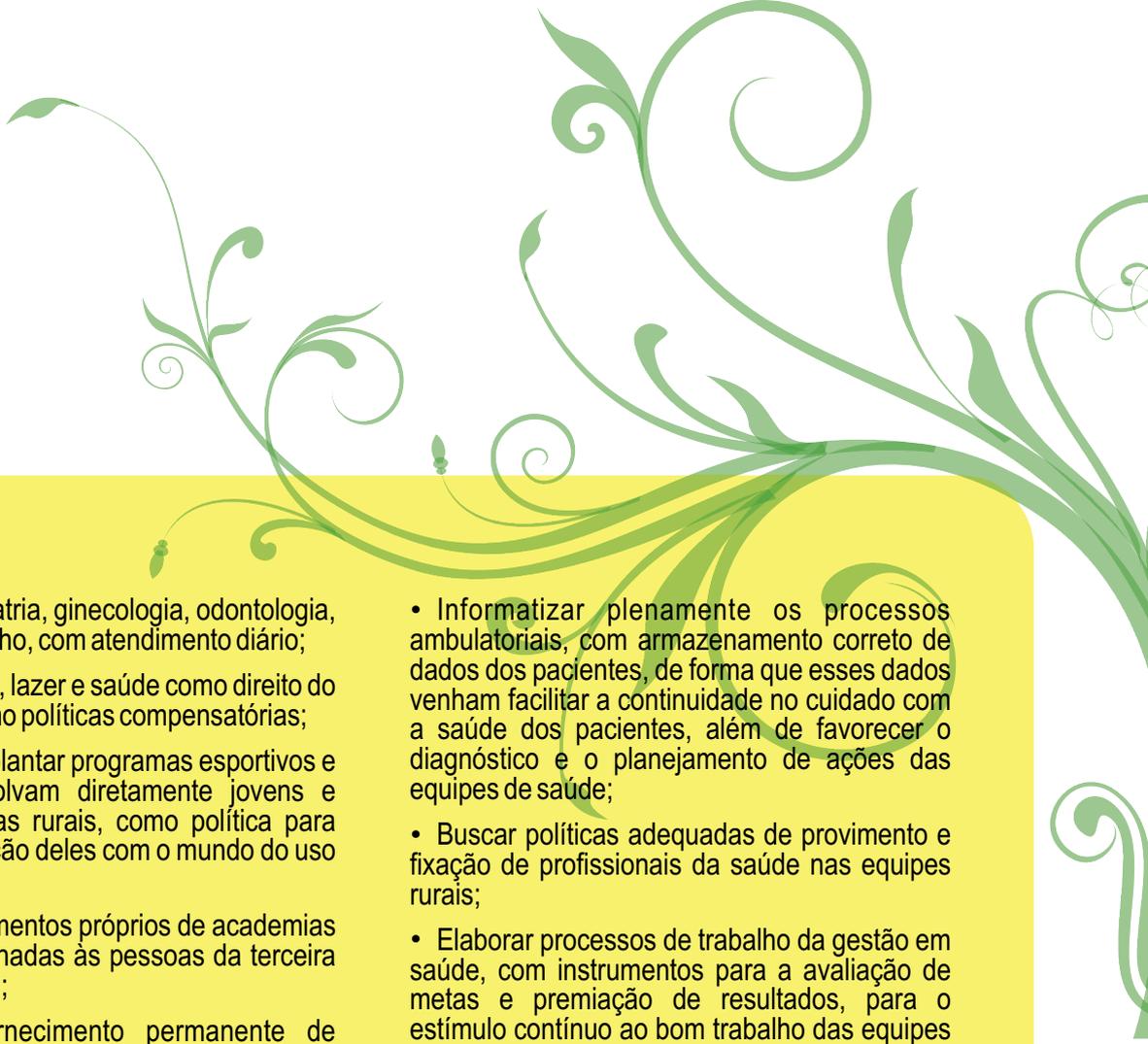
- Universalizar e assegurar o acesso das populações rurais às ações e aos serviços de saúde, com estratégias para estruturar a rede pública de saúde, nos espaços rurais do Distrito Federal e Entorno, incluindo a saúde preventiva;

- Implantar postos de saúde, unidades móveis e outros instrumentos públicos que garantam a universalização dos serviços de saúde com qualidade, no meio rural do Distrito Federal e Entorno;

- Implantar Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas, e aumentar as equipes de Saúde da Família;

- Estender o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 24 horas para a área rural;

- Implantar mais postos de saúde na área rural, com infraestrutura adequada, com a possibilidade de realizar diagnósticos complementares, com prioridade à saúde preventiva e dotando-os com profissionais nas áreas básicas, tais como,



clínica geral, pediatria, ginecologia, odontologia, medicina do trabalho, com atendimento diário;

- Tratar o esporte, lazer e saúde como direito do cidadão e não como políticas compensatórias;
- Estruturar e implantar programas esportivos e sociais que envolvam diretamente jovens e crianças das áreas rurais, como política para evitar a aproximação deles com o mundo do uso de drogas;
- Instalar equipamentos próprios de academias esportivas direcionadas às pessoas da terceira idade na área rural;
- Garantir o fornecimento permanente de material para postos de saúde e gabinetes dentários;
- Propiciar cobertura de 100% em Estratégias Saúde da Família (ESF) nas áreas rurais, de forma que tenham tantas equipes de saúde quantas necessárias, a fim de atender à proporção adequada e preconizada pelo Ministério da Saúde;
- Implantar o serviço de odontologia junto à equipe do Programa de Saúde da Família;
- Fazer a provisão de recursos materiais e humanos, com equipes de saúde completas, com a concessão de carros para as atividades dessas equipes rurais, logística de distribuição de medicamentos e insumos, de forma a garantir a plena assistência farmacêutica à população;
- Realizar a construção e a manutenção de postos e centros sociais e de esporte, para propiciar mais saúde e dignidade à população rural, inclusive com espaços cobertos (ginásios) destinados à realização de atividades em grupo, terapias com idosos e reuniões comunitárias;

- Informatizar plenamente os processos ambulatoriais, com armazenamento correto de dados dos pacientes, de forma que esses dados venham facilitar a continuidade no cuidado com a saúde dos pacientes, além de favorecer o diagnóstico e o planejamento de ações das equipes de saúde;

- Buscar políticas adequadas de provimento e fixação de profissionais da saúde nas equipes rurais;

- Elaborar processos de trabalho da gestão em saúde, com instrumentos para a avaliação de metas e premiação de resultados, para o estímulo contínuo ao bom trabalho das equipes de saúde, sempre tendo como foco o estímulo à boa gestão e a correção rápida de rumos pelo mérito.

- Criar estratégias para o cuidado com a saúde dos idosos;

- Implantar postos de saúde em todos os Projetos de Assentamentos (PAS) com médicos e medicamentos, bem como dentistas;

- Construir e estruturar um hospital regional dentro do Território de Minas Gerais;

- Viabilizar plano de saúde para o produtor familiar e seus dependentes, bem como para os trabalhadores rurais;

- Implantar programas de saúde pública no meio rural, e priorizar ações para as crianças, mulheres gestantes e idosos; e

- Criar, de forma imediata, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS Rural), para que os programas sociais cheguem à população rural.



Conferência Setorial - Brazlândia, DF

SEGURANÇA

- Implantar mais postos de segurança na área rural, com funcionamento 24 horas;
- Promover o combate direto a traficantes, na esfera federal, para evitar que a droga entre no país e, na esfera do Distrito Federal e Entorno, com vistorias ostensivas pela polícia civil em escolas, shoppings e demais locais de acesso de traficantes;
- Garantir e estruturar o policiamento preventivo e ostensivo, com unidades móveis de patrulhamento rural;
- Construir delegacias de polícia civil rural em locais estratégicos;
- Criar um Batalhão Montado;
- Realizar treinamento de brigadistas;
- Proporcionar a presença permanente de policiais nas comunidades rurais, a fim de favorecer a segurança da família rural;
- Criar um batalhão rural comunitário com Bombeiros, SAMU, DETRAN, Polícia Civil e Militar;
- Implantar, de forma estratégica, postos e delegacias de polícia integradas da PMDF, Polícia Civil e PM Rodoviária, equipadas com meios de comunicação eficientes, em todas as saídas do Distrito Federal e núcleos rurais;
- Aparelhar os Conselhos de Segurança Rural, com instrumentos adequados para possibilitar comunicação entre os agentes de segurança e integrantes da comunidade, quando necessário.
- Implementar ações para a criação dos Conselhos de Segurança;
- Criar um batalhão ou brigada de polícia

específica para a segurança do meio rural do Distrito Federal.

SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

A identificação do problema da fome e desnutrição no Brasil, que atinge grande parcela da população, não é um dado novo. Esse problema sempre se mostrou como uma das manifestações mais visíveis do quadro de aguda desigualdade que vem sendo perpetrada ao longo de nossa história. E a todo o momento estão sendo divulgados dados sobre a situação de fome e da desnutrição, principalmente em relação às crianças, gestantes e nutrízes.

O Distrito Federal, apesar de contar com índices de desenvolvimento superiores aos das demais unidades da federação, também apresenta problemas de desnutrição, devido a diversos fatores. Na área rural, a ocupação desordenada do solo pelo fluxo migratório, renda familiar insuficiente, ausência de recursos hídricos, ausência de saneamento básico, solos com baixa fertilidade, barreiras culturais e hábitos alimentares são fatores que dificultam o acesso das famílias a uma alimentação balanceada, o que compromete a saúde da população.

Os agricultores familiares, além de produzir culturas comerciais, necessitam desenvolver cultivos e criação de animais que assegurem a alimentação da família, com menor grau possível de dependência externa, sem colocar em risco a manutenção de sua família.

Para que as famílias rurais possam alcançar uma alimentação saudável, adequada às necessidades nutricionais das diversas faixas etárias, é preciso que a agricultura familiar produza alimentos de qualidade e de acordo com os princípios da sustentabilidade ambiental e



Grupo de Trabalho na Conferência Setorial - Núcleo Bandeirante, DF

social, de forma que as famílias possam garantir de uma geração a outra as condições físicas, ambientais, culturais e sociais saudáveis.

Para tanto, é imprescindível a participação de segmentos de toda a sociedade e entidades públicas e privadas neste processo de alcance da segurança alimentar da população rural. A articulação entre os diversos segmentos deve desenvolver parcerias para captação de recursos, para garantir a realização das ações para a promoção dessa condição de segurança alimentar.

É necessário garantir a implementação de políticas públicas, por meio da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, para combater a insegurança alimentar na área rural do Distrito Federal, a fim de propiciar que as famílias rurais possam também ser beneficiadas pelos Programas do Governo, como Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, de forma que seja regulamentada uma política de distribuição de adubo, sementes e mudas.

QUALIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

É direito de todo consumidor adquirir alimentos que garantam a qualidade higiênica e nutricional. E essa qualidade está relacionada à cadeia de produção e à venda do produto, ou seja, desde o preparo do solo até a exposição e comercialização nos mercados. Um dos maiores perigos para a qualidade dos alimentos é a contaminação do solo e da água, que ocorre na maioria das vezes por falta de saneamento básico. Todo alimento deve seguir regras básicas de higiene e manipulação na sua produção e/ou verticalização, pois se, na comercialização, esse alimento ficar muito tempo exposto à contaminação do ar, à manipulação e sem cuidados na sua conservação,

certamente irá ficar contaminado, o que pode colocar em risco o consumidor.

A ocorrência de contaminação dos alimentos geralmente está relacionada à presença de microrganismos, como fungos, bactérias e vírus. Um alimento pode ser contaminado não apenas por organismos biológicos, mas também por substâncias químicas. Essas substâncias, por sua vez, podem ser de origem natural, como toxinas de fungos venenosos, ou contaminações artificiais por metais pesados e restos de pesticidas e aditivos proibidos, adicionados aos produtos alimentares in natura e elaborados.

Para garantir o direito dos consumidores em obter alimentos inócuos e seguros, o mercado busca métodos de produção e de fabricação que garantam a qualidade dos produtos in natura e industrializados. Por sua vez, como fornecedor, o produtor deve garantir que os produtos colocados no mercado de consumo não acarretem riscos à saúde ou à segurança alimentar dos consumidores, de forma a repassar todas as informações necessárias sobre as características do produto, como origem, composição, prazos de validade, entre outros.

A qualidade sanitária do alimento começa no campo com um bom manejo das culturas agrícolas e das criações, e essa qualidade continua nas unidades de processamento. E foi com essa preocupação sobre a qualidade dos produtos colocados no mercado de consumo que a I Conferência Distrital debateu esse tema, a qual proporcionou um debate com o segmento dos produtores, e que resultou na consolidação de propostas, conforme segue:

- 
- Criação de unidades de sanitização de hortaliças para a garantia da qualidade dos produtos;
 - Ampliação de equipes de agentes comunitários para conscientização da necessidade de higienização pessoal e da higienização da produção de frutos e hortaliças;
 - Incluir orçamento para promover estruturas que viabilizem a qualidade dos alimentos; e
 - Promover cursos de formação em conhecimentos nutricionais para os produtores.

JUVENTUDE RURAL

O termo sucessão rural na agricultura familiar refere-se, de forma geral, ao processo sucessório que ocorre, ou pelo menos deveria ocorrer, no âmbito da agricultura familiar, e que tem como principal impedimento o desencontro entre a geração mais velha e a geração jovem, uma vez que os jovens não conseguem satisfazer sua vocação profissional no espaço rural construído pelos seus pais e/ou família.

Hoje ainda há pouca preocupação em relação ao problema do esvaziamento do meio rural por parte dos jovens, sobretudo na agricultura familiar, que é a grande responsável por cerca de 75% da produção de alimentos no país.

A discussão da sucessão na agricultura familiar deve necessariamente ser motivo de grande preocupação para o setor. Neste texto, o conceito de sucessão rural busca promover o incentivo à participação dos jovens na rotina e na continuação do trabalho na área rural, pois eles, na situação de herdeiros, têm papel indispensável na realidade social da área rural. Não se trata simplesmente de fixar o jovem no meio rural – dando a entender que ele deve ser forçado a

permanecer – mas de criar um conjunto de condições necessárias para estimular o entendimento de que o espaço rural é um ambiente de valorização, oportunidades e perspectiva de vida digna.

Nesse sentido, o desafio posto é a continuidade da própria agricultura familiar enquanto categoria social e econômica, que se expressa tanto quanto outras importantes transformações que devem ocorrer no meio rural, mas que sempre encontram grandes dificuldades de se efetivarem, tais como o acesso a terra, crédito, moradia, etc.

É importante dar ênfase e reivindicar a melhoria de políticas públicas já existentes e específicas para a juventude rural, tais como: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Jovem), os cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e o Consórcio Nacional da Juventude Rural, que proporciona formação profissional.

Nos encontros promovidos pela EMATER-DF, no início do ano de 2011, com a participação das comunidades rurais e lideranças, por ocasião das Pré-Conferências e da I Conferência Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Distrito Federal, foram apresentadas as seguintes demandas e sugestões específicas à pauta dos jovens rurais:

- Proporcionar maior oferta de cursos profissionalizantes;
- Implantar novas escolas técnicas;
- Melhor estruturar as escolas de educação básica (1ª a 4ª séries);
- Ter políticas de geração de emprego na área

rural, que proporcionem perspectivas de continuar no meio rural;

- Ampliar e melhorar as quadras de esporte e lazer;
- Promover ações de prevenção ao uso de drogas;
- Construir um centro de tratamento e recuperação para dependentes químicos;
- Maior disponibilização de equipes de saúde da família e sua capacitação para lidar com a questão das drogas entre os jovens;
- Iluminar e pavimentar as estradas rurais, de forma a possibilitar o transporte de qualidade;
- Capacitar os jovens na inclusão do processo produtivo e toda a comunidade rural, principalmente a mulher rural;
- Estimular a participação dos jovens com incentivo de trabalho no campo; e
- Capacitar jovens e adultos na elaboração de projetos.

ABORDAGEM DE GÊNERO

Para pensar em propostas voltadas a corrigir as desigualdades entre homens e mulheres é necessário partir da concepção que se tem sobre essas relações. O termo gênero é um conceito utilizado para afirmar a construção social do ser homem e do ser mulher na sociedade. Tem como objetivo diferenciar sexo – ser homem ou mulher como dado da natureza – construção – social da masculinidade e feminilidade. A definição de masculino e feminino está associada ao que cada sociedade, em cada momento histórico, espera como próprio de homens e mulheres. A construção de gênero se dá em todas as esferas da sociedade: econômi-

ca, política, social e cultural. Portanto, é construída a partir de elementos materiais concretos e também por materiais simbólicos.

A base material desse processo se expressa na divisão sexual do trabalho, que, em nossa sociedade, se articula com a ideia de que existe uma esfera pública e uma privada. A esfera pública considerada como dos homens, do trabalho produtivo, dos direitos, da igualdade. A esfera privada considerada como lugar de domesticidade, afeto, da intimidade. Na prática, sabemos que não existe essa dicotomia, mas que homens e mulheres estão nas duas esferas, só que a partir do que é considerado seu lugar.

As relações de gênero também devem ser contextualizadas conforme classe, raça e geração, assim como religião e momento histórico. Elas são transversais e estruturam o conjunto das relações. Desta forma, é possível analisar qualquer aspecto da sociedade a partir de gênero, ou seja, uma categoria de análise. Quando se olha o mercado de trabalho, por exemplo, pode-se observar que os salários das mulheres são menores, que a qualificação profissional é avaliada de forma diferente, a partir da visão de masculino e feminino, e que a presença das mulheres neste mercado está nos chamados guetos femininos desvalorizados.

O conceito de gênero possibilita ver o que há de comum nas mulheres e nos homens, por que juntos mostram como estão no conjunto da sociedade. Evidencia também a forma como cada um, individualmente, vive essa condição. Ninguém é 100% masculino ou feminino. Características consideradas do outro gênero estão presentes em todas as pessoas. Só que são valorizadas de forma diferente, conforme o lugar que cada um ocupa. Por exemplo, nos



Produtora Rural - DF

espaços públicos, tradicionalmente masculinos, é comum as mulheres serem acusadas de que estão deixando de lado sua feminilidade.

Entretanto, como afirmado anteriormente, gênero não explica tudo em relação à condição das pessoas nem à sua identidade. Por isso, é necessário contextualizar a discussão no momento histórico e levar em conta a condição de raça, classe e idade. Dessa forma, embora a relação entre homens e mulheres seja de poder, os homens não têm os mesmos poderes entre si: alguns têm mais que outros. Por outro lado, se do ponto de vista social os homens, como um conjunto, têm poder sobre o conjunto das mulheres, do ponto de vista das relações interpessoais, existem algumas mulheres que exercem domínio sobre os homens, mas essa é uma exceção que confirma a regra.

Se for uma relação construída, pode ser modificada. E se é uma relação de poder, trabalhar significa ter conflito, mas não necessariamente confronto. Um último aspecto que justifica uma intervenção é a compreensão que esta relação injusta significa uma inserção das mulheres sem direito pleno a cidadania.

Para apresentar as questões relativas às mulheres, foi extraído da Carta preparada por elas, como resultado do Encontro de Mulheres Rurais de 2007, onde participaram 135 mulheres da área rural, e validada em 2008, com a participação de outras 640 mulheres de toda a área rural do Distrito Federal, no Encontro de Mulheres Rurais de 2008, ambos eventos organizados pela EMATER-DF, que buscou promover discussões sobre a realidade das mulheres nas diversas localidades rurais, e definir prioridades para a promoção do bem-estar da mulher rural e de seus familiares.

Como resultado das propostas debatidas e inseridas nessa Carta, bem como das sugestões advindas das Pré-Conferências, a seguir são apresentadas as proposições referendadas na I Conferência Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Distrito Federal:

- Manter policiamento nas comunidades rurais, a fim de favorecer a segurança da família, especialmente das mulheres e de seus filhos, além de promover a eficiência e a agilidade no atendimento emergencial de todos os órgãos ligados à segurança;
- Asfaltar e iluminar as estradas, a fim de melhorar o escoamento dos produtos, e favorecer maior segurança aos moradores;
- Promover ações de prevenção da saúde da mulher;
- Construir mais postos de saúde, ter equipes do Programa Saúde da Família, de forma a abranger toda a área rural, inclusive com serviços odontológicos;
- Fazer valer a legislação, nos postos de saúde, que beneficie as pessoas com deficiência física e os idosos;
- Universalizar a alfabetização de jovens e adultos;
- Viabilizar o ensino médio na área rural, bem como o ensino noturno;
- Implantar a coleta seletiva, como forma de geração de renda e saneamento das comunidades;
- Programar ações que visem à capacitação de jovens e mulheres;
- Implantar a internet nas comunidades rurais;



Produtores Rurais - DF

- Subsidiar a aquisição de equipamentos de informática para agricultores familiares;
- Realizar o concurso para contratação de mais agentes da Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Construir Centros Comunitários para as atividades de extensão e capacitação;
- Viabilizar a presença do Cinema Voador nas comunidades rurais;
- Construir espaços com quadra poliesportiva, campos de futebol e parques de diversão, com orientação de profissionais de educação física;
- Desenvolver projetos de ginástica no campo;
- Implantar um sistema de transporte público rural regular;
- Replanejar o transporte escolar rural para atendimento a todas as comunidades;
- Oferecer linhas de telefone fixo às comunidades rurais;
- Favorecer mais segurança e apoio à comercialização dos produtos;
- Construir uma legislação tributária e sanitária específica para os produtos da agricultura familiar;
- Proporcionar atendimento especializado para a agricultura familiar;
- Ter programas de incentivo a implantação de hortas, pomares e a criação de pequenos animais domésticos;
- Incentivar e capacitar a população rural, para o aproveitamento integral dos alimentos;
- Implantar um programa de saneamento rural;
- Implantar estratégias para afastar os jovens rurais das drogas;
- Disponibilizar terapias ocupacionais e lazer para os idosos;
- Implantar áreas de lazer e esporte para os idosos da área rural;
- Considerar as questões que melhorem a qualidade de vida dos idosos na área rural quando da elaboração de políticas públicas;
- Construir e manter creches nas áreas rurais, para atender à crescente demanda por esse serviço devido ao aumento do número de mulheres trabalhadoras na agricultura ou em empregos urbanos;
- Criar oportunidade de financiamentos específicos, para atender à demanda da mulher rural, sem a figura do fiador;
- Proporcionar ampla divulgação dos direitos e deveres da mulher relacionados a esse tema;
- Criar espaços específicos para a comercialização de produtos da agricultura familiar;
- Privilegiar a agricultura familiar com espaços em feiras livres regionais;
- Valorizar e privilegiar a produção local em compras feitas por órgãos do governo;
- Estimular a autoestima da mulher rural;
- Disponibilizar benefícios para as mulheres que vivem no espaço rural, semelhantes ao da mulher da área urbana;
- Desenvolver programas de conscientização aos moradores da área rural para as questões de gênero;

- Criar Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), na área rural, e incluir a Promoção Social Rural;
- Criar os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) na área rural;

- Ter igualdade nas relações do benefício da Previdência Social para mulher e homem ou seus cônjuges;
- Valorizar o trabalho da mulher na área rural, ou seja, com direitos iguais, de forma a não excluí-la e, sim, incluí-la como lavradora.



Delegados eleitos na Conferência Regional de Planaltina, DF.



Conferência Regional - Casa Grande, Gama, DF.



Conferência Setorial STR - Engenho das Lages Gama-DF.



Conferência Regional - Planaltina, DF.